

Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: Da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade

Estudios de las masculinidades en la psicología brasileña:
De la invisibilidad de la crítica a la crítica de la invisibilidad

The studies of masculinities in brazilian psychology:
From the invisibility of the critic to the critic of the invisibility

Daniel de Castro Barral *
danieldecastrobarral@gmail.com
Valeska Zanello **
valeskazanello@uol.com.br

* *Mestre em Psicologia clínica e cultura na Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil*

<http://orcid.org/0000-0002-0427-3255>

** *Professora Associada II (Psicologia Clínica) na Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil*

<http://orcid.org/0000-0002-2531-5581>

Resumo

O presente trabalho realizou uma análise dos discursos de um corpus documental montado a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre masculinidades dentro do campo das psicologias no Brasil, baseada nas plataformas “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PePSIC”, “LILACS” e “SciELO”, empreendida entre junho e dezembro de 2018. Foram identificados, dentro desse campo, três temas em torno do objeto “masculinidades”: “Saúde”, “Violência contra a mulher” e “Representações”. Em todos os três temas pôde-se observar o aparecimento transversal da assertiva de que os homens são invisíveis, ignorados ou desconsiderados. A invisibilidade masculina foi analisada como enunciado organizador de certa fatia da produção discursiva da ciência psicológica brasileira, que tem utilizado ou referenciado os estudos das masculinidades. Foram considerados os possíveis efeitos políticos e epistemológicos.

Palavras-chave: *Masculinidades; Psicologia; Revisão; Enunciado.*

Resumen

El presente trabajo realizó un análisis de los discursos de un corpus documental ensamblado a partir de una revisión sistemática de la literatura sobre masculinidades en el campo de las psicologías en Brasil, a partir de las plataformas “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PePSIC”, “LILACS” y “SciELO”, realizadas entre junio y diciembre de 2018. Dentro de este campo, se identificaron tres temas en torno al objeto “masculinidades”: “Salud”, “Violencia contra la mujer” y “Representaciones”. En los tres temas, fue posible observar la aparición transversal de la afirmación de que los hombres son invisibles,

ignorados o despreciados. La invisibilidad masculina fue analizada como un enunciado organizador de una determinada porción de la producción discursiva de la ciencia psicológica brasileña, que ha utilizado o referenciado los estudios de masculinidades. Se consideraron posibles efectos políticos y epistemológicos.

Palabras-clave: *Masculinidades; Psicología; Revisión; Enunciado.*

Abstract

The present work carried out an analysis of the discourse of a documentary corpus assembled from a systematic review of the literature on masculinities within the field of psychologies in Brazil, based on the platforms “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PeP-SIC”, “LILACS” and “SciELO”, carried out between June and December 2018. Within this field, three themes were identified: “Health”, “Violence against women” and “Representations”. In all three themes, it was possible to observe the transversal appearance of the assertion that men are invisible, ignored or disregarded. Male invisibility was analyzed as an organizing statement of a certain slice of the discursive production of Brazilian psychological science, which has used or referenced the studies of masculinities. Possible political and epistemological effects were considered.

Keywords: *Masculinities; Psychology; Systematic Review; Enunciation.*

Introdução

Os estudos das masculinidades têm ocupado uma posição cada vez maior de destaque em diversos campos de saber na atualidade (APA, 2018). Com início entre 1960-1990 (Badinter, 1993; Hoenisch & Cirino, 2010; Medrado, Lyra, & Azevedo, 2011; Welzer-Lang, 2004; Zanello, 2018), eles surgiram pela primeira vez nos Estados Unidos, influenciados pelo movimento feminista, mais especificamente, durante a segunda onda do movimento.

Para autores/as como Badinter (1993), Scott (1995), Welzer-Lang (2004) e Arilha, Unbehau e Medrado (2001), os estudos das masculinidades divergiram em seus principais postulados, formando duas linhas distintas, após seu início na década de 70: uma manteve sua base epistemológica dentro do feminismo e assumiu “gênero” como um fenômeno de natureza social, historicamente construído e culturalmente manifestado, marcado por relações de poder desiguais e hierárquicas. Para esta perspectiva, por ser gênero uma categoria política-relacional, seria impossível estudar os homens sem fazer referência às experiências das mulheres. A outra linha assumiu uma ideia de “masculinidade”, ainda que de forma não elaborada ou proposital, como um fenômeno biológico ou psicológico (arquetípico, por exemplo) em si mesmo, a-histórico, separado dos estudos sobre as mulheres. Para Scott (1995), essa última abordagem retirou o aspecto histórico e relacional do “gênero”, além de desconsiderar seu aspecto político de distribuição desigual de poder entre os sexos.

Dentre os pressupostos comuns à primeira linha, destaca-se a ideia de que o comportamento masculino é socialmente moldado durante o processo de socialização que transforma em “homem feito” cada jovem rapaz. Para o autor Daniel Welzer-Lang (2001), para se tornarem “homens feitos”, os jovens homens atuam em uma imitação de comportamentos prototípicos masculinos que são aprendidos através de um “mimetismo de violências” (2001, p. 463). Essas violências são tanto voltadas contra si mesmo (embrutecimento físico e emocional de si), como direcionadas para os outros (homens e mulheres), em um segundo momento do desenvolvimento. Esse processo de socialização é feito entre os pares, no que o autor denominou a “casa dos homens” e obedece uma hierarquia social rígida que privilegia a masculinidade hegemônica¹ (o “machão” branco, hétero e de valores tradicionais) através da opressão das masculinidades subalternas (todo homem que saia dos padrões de masculinidade tradicional ou que se afemenize de alguma forma) e, especialmente, das mulheres (Welzer-Lang, 2001).

No Brasil, a pressão para se conformar a esse jogo de subordinação e violência se materializa em conjuntos heterogêneos de práticas, instituições e crenças, caracterizando um “dispositivo”², um emaranhado de fenômenos sociais que configuram caminhos privilegiados de subjetivação (Zanello, 2018). Segundo Zanello, esse caminho seria marcado pelo “dispositivo da eficácia” para os homens e teria como base dois pilares fundamentais: as virilidades laborativa e sexual. Essas podem ser traduzidas pelo imperativo de ser trabalhador/provedor (e visar o acúmulo material e o status como chancelas de sucesso) e apresentar uma boa performance sexual (marcada pela duração, tamanho e rigidez da ereção, e pela quantidade de relações “ativas”). Essas características seriam então fundamentais para atribuir ao homem um lugar de maior ou menor prestígio nas hierarquias das masculinidades, perfazendo intersec-

1 Para Connel e Messerschmidt (2005), uma reavaliação crítica do conceito de masculinidade hegemônica precisa de uma compreensão complexa de hierarquia que entenda a realidade social e construída dos jogos de poder entre os homens evitando a naturalização ou reificação de comportamentos gendrados. A masculinidade hegemônica aqui, portanto, será compreendida como um lugar dinâmico segundo as regras da geografia complexa das hierarquias de poder masculino. Entretanto, segue que apesar de nenhum homem alcançar em definitivo esse posto fugidio ele exerce poder e influência sobre todos.

2 “Através deste termo [dispositivo] tento demarcar ... um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos” (Foucault, 1979, p. 244)

cionalidades³ importantes com questões raciais e de orientação sexual. A configuração de tal dispositivo estabelece os parâmetros através dos quais os homens julgam uns aos outros e a si mesmos, possuindo, portanto, caráter identitário e configurador do psiquismo de cada homem (Zanello & Bukowitz, 2011).

Filósofas e pesquisadoras feministas no Brasil têm apontado que a linha a-crítica dos estudos de gênero e masculinidades têm ganhado força na psicologia brasileira. Sandra Azerêdo, por exemplo, em seu texto “Encrências de Gênero nas teorizações em psicologia” (2010), sublinha o crescimento de um entendimento problemático de gênero na produção científica em psicologia nacional e se pergunta acerca de um possível adestramento do potencial revolucionário do gênero na ciência psicológica de nosso país. A autora aponta como evidência a citação repetitiva do texto de Joan Scott “*Gênero, uma categoria útil para o estudo da história*” (1995), a qual ela tem observado na literatura nacional. Em uma revisão sistemática anterior (Barral, Richwin, & Zanello (no prelo))⁴, os presentes autores constataram problema idêntico, mesmo tendo se passado 9 anos desde a publicação do texto de Azeredo.

Partindo dessas premissas, o presente trabalho visa dar continuidade a outra pesquisa, previamente realizada, na qual se tratou de fazer um levantamento e mapeamento da literatura científica psicológica sobre homens e masculinidades, publicada no Brasil, e que levasse em consideração contribuições dos estudos feministas de gênero ou sobre as masculinidades (Barral, Richwin, & Zanello (no prelo)). No mapeamento, buscou-se levantar características gerais de 31 artigos encontrados, por áreas, autores, e análise/categorização temática e metodológica. O objetivo do presente artigo é analisar quais são os discursos e sentidos presentes no entendimento de masculinidades, utilizados pelos autores, nessa mesma amostra de artigos elencados através da revisão sistemática da literatura. A pergunta norteadora foi: Como essas pesquisas que são influenciadas de alguma forma pelos estudos das masculinidades têm usado as referências teóricas da área? Em outras palavras, o objetivo foi, a partir do que estava escrito, dar relevo ao discurso dos textos, dar-lhe foco e problematizá-lo.

Importante frisar que no presente trabalho utilizaremos ‘homem’ para falar dos indivíduos socialmente reconhecidos como do sexo masculino (indivíduos que acessem privilégios masculinos em qualquer quantidade ou proporção) e falaremos de ‘masculino(a)’ para falar de qualidades e ou características destes homens. Por fim, usaremos ‘Masculinidades’ para falar dos modelos de subjetivação, ou coleção de características, crenças e posição social, acessíveis aos homens, em determinado momento histórico e cultural, sustentados por suporte simbólico, social e material. O conceito de masculinidades engloba tanto as masculinidades hegemônicas, como as subalternas (Connel & Messerschmidt, 2005; Welzer-Lang, 2001).

Método

De junho a dezembro de 2018, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas principais bases de dados que compõem a plataforma da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) dentro da temática “psicologia”, dado que a mesma é uma referência em nosso país para esse campo. As bases de dados selecionadas foram o SciELO, LILACS, PePSIC, IndexPsi Divulgação Científica e IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos, por estarem entre as maiores, dentro da área. Em cada uma dessas bases, foram pesquisados os seguintes descritores: (psi\$ OR psy\$ OR “saude mental” OR “mental health” OR “salud mental” OR “sante mentale”) AND (masculinidade OR masculinidad OR masculinity OR masculinite OR genero OR gender OR genre). A estratégia de coleta dos dados foi criada a partir dos Descritores

3 Para Crenshaw (1989) interseccionalidade é um referencial de análise que supõe que a experiência vivida por alguém atravessado por múltiplos marcadores sociais de inferioridade é qualitativamente diversa da soma desses marcadores tomados individualmente. Uma mulher negra, por exemplo, não experiencia ser mulher e ser negro mas experiencia sim ser uma mulher negra como algo diferente da soma simplista desses marcadores.

4 Barral, D., Richwin, I. F., & Zanello, V. (prelo). Os estudos das masculinidades na psicologia brasileira: uma revisão sistemática da literatura nacional. In Flávia C. Lemos (Org). Formação em Saúde Mental Coletiva. CRV.

em Ciências da Saúde (DeCS), utilizados para indexação em todas as bases que compõem a BVS. Não houve delimitação temporal.

Foram levantados, no total, 1.102 artigos; desses, 69 foram resgatados no IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos, 20 no IndexPsi Divulgação Científica; 166 no PePSIC, 300 no SciELO e 547 no LILACS. Após filtragem por critérios de seleção e exclusão permaneceram apenas 31 artigos que tinham pelo menos 1 autor(a) brasileiro(a) com algum grau de formação em psicologia e pelo menos um autor(a) referendado(a) nos estudos de gênero e masculinidades incluso(a) na bibliografia.

Ou seja, nessa pesquisa, constatou-se o baixo número de artigos brasileiros no campo da psicologia que se apropriam dos estudos das masculinidades para pensar e compreender as masculinidades e os fenômenos psicológicos e sociais a elas relacionadas.

Essa mesma amostra de artigos foi utilizada no presente trabalho, porém com um objetivo e um recorte metodológico diferentes. O objetivo foi realizar uma espécie de radiografia desses textos, optando pela análise de recortes seriados retirados do corpus documental e agrupados em “enunciados”, como compreendido por Foucault (1970, 1995).

Buscou-se assim, primeiramente, identificar, nos artigos, quais estratégias de visibilidade têm sido dadas ao fenômeno da masculinidade no campo da psicologia brasileira. Em outras palavras: como se configura o regime de luzes⁵ que apresenta o objeto dentro desse campo de saber? Quando falamos sobre masculinidades na psicologia brasileira, o que exatamente falamos sobre como essa masculinidade se estrutura e se mostra? O que estamos dizendo sobre essas masculinidades? O que poderíamos dizer sobre elas?

Após a leitura dos artigos que compunham o resultado da revisão sistemática da literatura (N=31), foram extraídos todos os parágrafos que se referiam a “homens”, “masculino”, “masculinidade”, “macho” e similares. Foi retirada a menor parte necessária para manutenção de sentido e esses fragmentos foram entendidos como “acontecimentos discursivos” sendo a menor unidade de análise da presente amostra (Foucault, 1995). Essas unidades foram identificadas por autor, página e ano, e o conjunto delas formou o corpus documental analisado no presente trabalho.

Foucault (1995) define um acontecimento discursivo como:

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (Foucault, 1995, p. 30)

Assertivas, pressupostos, referências a outras pesquisas, resultados e conclusões foram todos considerados e lidos repetidas vezes, dentro da tentativa de se construir uma topografia ou radiografia de como o discurso sobre o “homem”, dentro do campo da psicologia brasileira, tem se comportado. Em relação às referências a outras pesquisas, elas também foram consultadas, quando se mostraram essenciais para a compreensão da interpretação sugerida ou assumida pelo(s) autore(s), como por exemplo em citações.

5 Regime de Luzes é uma forma de se referir ao conjunto de forças de um dispositivo responsável pela produção de visibilidades de um dado objeto. É o regime de produção de fazer ver sob uma determinada luz e não outra. Determinar quais aspectos receberão visibilidade e quais serão deixados no escuro. Do que se falará muito e o que se omitirá como irrelevante. (Deleuze, 1990)

Esses acontecimentos discursivos foram organizados dentro de temas identificados através da leitura repetitiva do corpus documental. O critério para a identificação desses temas foi o assunto ou campo dentro da psicologia a que cada acontecimento discursivo se referiu.

Em suma, realizou-se uma análise dos discursos vigentes nesses artigos, através da releitura crítico-política dos fragmentos identificados e sistematizados pela leitura exaustiva do material, tendo como objetivo dar foco e destaque aos sentidos dados às masculinidades na psicologia brasileira.

Foram considerados 863 acontecimentos discursivos dentro do campo, os quais foram separados em 177 enunciados dentro de 21 temas diferentes. No presente trabalho, apresentamos apenas os 3 temas mais abrangentes e relevantes (que englobaram grande parte dos enunciados). É importante ressaltar que os acontecimentos discursivos categorizados nesses três temas estão presentes em 19 dos 31 artigos encontrados, caracterizando o presente trabalho como uma análise parcial da literatura por desprezar 12 dos artigos levantados pela análise sistemática anterior. Esses 12 artigos serão analisados em um trabalho posterior.

Resultados e discussão

Os três temas mais abrangentes foram: “saúde” (acontecimentos discursivos no contexto da saúde do homem e da inserção do homem no sistema de saúde), “violência contra a mulher” (acontecimentos discursivos no contexto do debate acerca da violência contra a mulher no Brasil) e “representações” (acontecimentos discursivos acerca das representações sociais, na mídia ou na ciência) dos homens e das masculinidades.

O primeiro tema identificado foi a Saúde do homem no Brasil, segundo o olhar da psicologia. Ao longo do corpus, foi repetitivamente detectada a “invisibilidade” dos homens na saúde. Ou seja, como eles e seus problemas específicos, de saúde física e mental, não são vistos, qualificados e atendidos pela rede de saúde.

Como exemplo, Martins, Gazzinelli, Almeida e Modena (2013), ao analisar a concepção de psicólogos quanto ao atendimento de homens com câncer em Belo Horizonte-MG afirmam que:

Nesse sentido, constata-se a invisibilidade e o silenciamento das demandas masculinas nos serviços de oncologia. Deve-se considerar que não se trata da ausência da demanda masculina, mas, por apresentarem suas necessidades de forma distinta às das mulheres e de um modo com o qual os profissionais de saúde estão pouco familiarizados, os homens não possuem suas necessidades reconhecidas, conforme aponta uma das entrevistadas. (Martins et al., 2013, pp. 63-64)

Nesse fragmento, identificamos uma suposta “invisibilidade” masculina no sistema de saúde. Esse enunciado foi bastante repetido ao longo do corpus documental, assim como reconhecido em vários estudos na área (Alves, Silva, Ernesto, Lima, & Souza, 2011; Martins, Abade, & Afonso, 2016; Martins, Almeida, & Modena, 2013; Martins, Gazzinelli, Schall, & Modena, 2014). Porém, para além do não atendimento adequado das demandas dos homens, identificamos nessa citação outro importante argumento “Deve-se considerar que não se trata da ausência da demanda masculina, mas, por apresentarem suas necessidades de forma distinta às das mulheres e de um modo com o qual os profissionais de saúde estão pouco familiarizados” (Martins et al., 2013:63-64). Esse encadeamento nos leva a uma próxima proposição que tem por intenção explicar este fenômeno da invisibilidade masculina na Saúde: a feminilização da mesma.

A feminilização da Saúde é definida no corpus como uma especialização dos serviços e profissionais de Saúde em tratar apenas de mulheres, crianças e idosos. Entrevistando estudantes de psicologia em um grupo focal, Martins et al. (2016) afirmam, por exemplo, que:

As falas dos entrevistados indicam a existência de uma “pactuação” social em que a mulher, comumente percebida como o “sexo frágil” e, portanto, carente de maiores cuidados de saúde, encontra legitimidade social para exercer o cuidado de si e dos outros. Já os homens, tendo em vista sua representação ligada ao trabalho produtivo e à invulnerabilidade, não encontrariam no campo organizacional a mesma autorização social para se ausentar de suas atividades laborais, da mesma forma como o fazem as mulheres. (Martins et al., 2016, p. 174)

Essa afirmação de uma “pactuação social”, que reforça estereótipos de gênero, invisibilizando os homens e privilegiando as mulheres, foi recorrente no corpus documental, de forma explícita e implícita (Alves et al., 2011; Borges & Seidl, 2012, 2013; Martins et al., 2016).

Essa feminilização da saúde não se daria como um projeto intencional, mas sim devido à reprodução dos estereótipos de gênero que veriam as mulheres como vulneráveis e necessitadas de ajuda, e os homens como fortes e invencíveis. Quanto a isso, Martins, Gazzinelli et al. (2013) citam os trabalhos de Lago e Muller (2010) e Tonelli e Muller (2011) “Os homens, por sua vez, são comumente representados culturalmente como fortes e invulneráveis, abdicando assim da necessidade de formulação de políticas públicas e projetos terapêuticos específicos (Lago & Muller, 2010; Toneli & Muller, 2011).” (Martins, Gazzinelli et al., 2013:62).

Ainda são trazidas como explicação para o afastamento dos homens do sistema de saúde, a ideia de que o adoecimento seria uma ameaça ao ideal de masculinidade, uma relação problemática e baseada em tabu e vergonha com o próprio corpo e uma impossibilidade de faltar ao trabalho para realizar exames, além do medo de que a descoberta de alguma doença resulte em demissão.

Como exemplo do argumento de que adoecer seria uma ameaça ao ideal de masculinidade forte e viril, Andrade e Maluf (2017) relatam a seguinte entrevista com um usuário do CAPS

Os homens também são afetados pela ideia de que, sendo o “sofrimento mental” de “natureza feminina”, são deslocados do lugar conferido a eles em suas relações, como mostrou o relato de Daniel, um dos interlocutores. Enquanto falava dos transtornos mentais durante uma de nossas interlocuções, disse: “Transtorno Bipolar é coisa de fresco [homossexual].” Para ele, havia transtornos que eram específicos das mulheres, e o transtorno bipolar era um deles. (Andrade & Maluf, 2017, p. 815)

Esse entendimento de que a fragilidade imposta pelo adoecimento é experienciada como uma subtração da masculinidade individual é recorrente na amostra tanto para o adoecimento mental (Andrade & Maluf, 2017; Zanello, Fiuza, & Costa, 2015) quanto para o adoecimento físico, em especial câncer (Alves et al., 2011; Martins et al., 2014; Modena, Martins, Gazzinelli, Almeida, & Schall, 2014).

A segunda explanação para o fenômeno se refere ao modo como a corporeidade é experienciada nas masculinidades. Para alguns autores (Borges & Seidl, 2012; Martins, Gazzinelli et al., 2012; Martins et al., 2014), a corporeidade masculina seria cercada de tabus e interdições, como exemplificam Martins, Gazzinelli, Almeida e Modena (2012) ao citar o trabalho de Gomes et al. (2008)

Conforme aponta Gomes et al. (2008) o corpo masculino é marcado por uma interdição social que regula o que pode ou não ser exposto. Tratando-se das nádegas e do ânus, esta região é marcada por um conjunto de simbolismos, o que faz que o toque retal,

comumente utilizado como método preventivo e de controle do câncer de próstata, seja percebido como uma violação da masculinidade. (Martins et al., 2012, p. 79)

O terceiro fenômeno invocado para explicar o afastamento masculino dos sistemas de saúde seria a relação dos homens com o trabalho e a importância identitária deste na subjetivação masculina. Essa importância é reconhecida por várias das pesquisas que compõem o presente corpus documental (Alves et al., 2011a; Borges & Seidl, 2012; Zanello et al., 2015) e pode ser exemplificada no excerto do artigo de Zanello et al. (2015) “O que se percebe entre os homens é um funcionamento de autoexigência imensa, que se faz mortal no caso das neuroses, onde o sujeito tem que trabalhar ‘até na hora da morte’, o que se realiza via delírio naqueles que funcionam numa psicose” (p. 244).

Apesar de não haver unanimidade na interpretação de que o valor do trabalho para as masculinidades explique o afastamento do sistema de saúde, uma quantidade significativa de autores trazem essa relação identitária como explicação plausível (Borges & Seidl, 2012, 2013; Martins et. al., 2012) enquanto outros questionam a efetiva influência desta dimensão e ressaltam a socialização como fator de maior peso; ou seja, mesmo reconhecendo o valor central do trabalho no psiquismo masculino, levantam questões como o número crescente de mulheres empregadas formalmente que não apresentam o mesmo problema, ainda que com jornadas duplas ou triplas de trabalho (Alves et al., 2011; Campos, Ramalho, & Zanello, 2017).

O argumento da invisibilização dos homens na saúde poderia ser resumido então da seguinte maneira: culturalmente pensamos os homens como fortes e como sujeitos que não necessitam de atenção e cuidado; o que levou os sistemas de Saúde a se organizar ignorando as demandas masculinas, para focar nas demandas femininas, resultando em despreparo para atendimento e escuta das questões masculinas e subsequente invisibilização dos homens no sistema de saúde. Por fim, a solução proposta para essa invisibilização, seria uma reforma dos sistemas de saúde para adaptá-los às demandas masculinas.

Esta interpretação do fenômeno, entretanto, não é unânime na amostra. Alguns autores/as, enquanto reconhecem a maior prevalência de mulheres nos serviços de saúde, especialmente para acompanhamentos e exames preventivos, atribuem esse fenômeno à medicalização do corpo feminino, documentada na história brasileira durante os séculos XIX, XX, XXI (Andrade & Maluf, 2017; Costa, Nardi, & Koller, 2017; Zanello & Silva, 2012). Com a influência do discurso eugênico e positivista importado da Europa para o Brasil, o corpo feminino foi visto como um objeto importante para controle e estudo das ciências médicas e biológicas que reforçaram repetidamente a importância de que mulheres fossem acompanhadas por médicos durante toda a sua vida para que houvesse controle social de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), da degeneração da espécie e para que houvesse controle da “qualidade” da procriação, evitando a miscigenação racial (Foucault, 1974/75; Carrara, 1996). A maior presença feminina hoje no serviço de saúde não se deveria, portanto, a uma preferência dos profissionais em atender pacientes mulheres, mas sim, como um efeito dessa política de submissão do corpo feminino às ciências médicas.

O segundo tema em que os homens são pensados na psicologia brasileira é a violência contra a mulher. Nesta, investigaremos também a proposição de uma suposta invisibilidade masculina nos textos que tratam da violência contra a mulher no Brasil.

Inicialmente, assim como na saúde, um número expressivo de autores da presente amostra (Marin, Araújo, & Espin, 2008; Medrado, Lemos, & Brasilino, 2011; Pimentel, 2010) concorda que parece haver algo na socialização masculina que interfere diretamente na questão da violência de gênero. Como exemplo, Medrado e Mello (2008), ao citar a pesquisa de Acosta e Baker (2003), lembram que

No Rio de Janeiro, foi entrevistado em 2003 um total de 749 homens, com idade entre 15 e 60 anos, dos quais 25,4% afirmaram ter usado violência física contra a parceira, 17,2% informaram ter usado violência sexual e 38,8% afirmaram ter insultado, humilhado ou ameaçado pelo menos uma vez a parceira. O mesmo estudo revelou que visões

conservadoras e tradicionais sobre o que significa ser homem estavam altamente relacionadas ao uso da violência contra as mulheres (Acosta & Barker, 2003). (Medrado & Mello, 2008, p. 80)

A pesquisa referenciada nesse trecho estabelece uma relação entre visões tradicionais de masculinidade e predisposição à violência contra mulher. Essa ligação pôde ser observada em outros textos, nos quais se afirma o encadeamento entre aspectos tradicionais da masculinidade e predisposição à violência (Guerra, Scarpati, Brasil, Livramento, & Silva, 2015; Medrado & Mello, 2008; Muszkat, 2008; Pimentel, 2010). Destaca-se, aqui, a noção de poder e hierarquia que aparece constantemente associada ao gatilho da violência psicológica, como são os casos clínicos investigados por Muszkat (2008) e a amostra investigada por Pimentel (2010), exemplificados nos excertos:

Nesse sentido, pode-se afirmar que a violência intrafamiliar possui como fundamento, não só a hierarquia entre os gêneros no caso da violência praticada pelo marido ou companheiro contra a esposa ou companheira, como também, o poder patriarcal, estigmatizado na figura do “homem da casa”. (Pimentel, 2010, p. 150)

e “A resposta violenta visa, com frequência, o resgate da autoestima através de uma demonstração de poder sobre a mulher, condição esta entendida como essencial e natural para a manutenção da virilidade e masculinidade dentro do sistema de valores aqui discutido” (Muszkat, 2008, p. 130).

Nos artigos em que apareceu o tema da violência contra a mulher, é possível falar em consenso da maioria dos autores acerca das assertivas expostas acima, além disso, a prevalência de autores de violência homens e vítimas de violência mulheres, é creditada à socialização masculina e à opressão exercida pelos homens contra as mulheres (Marin et al., 2008; Medrado et al., 2011; Pimentel, 2010). Entretanto, não parece haver consenso acerca de como lidar com esse fato. Apesar de poder-se dizer que todos defendam um posicionamento crítico, o que exatamente se entende por criticidade varia. Enquanto uma parcela dos textos entende que as relações violentas são resultado de uma hierarquia social que produz opressão contra as mulheres e privilégios para os homens (Guerra et al., 2015; Muszkat 2008; Pimentel, 2010) outra parcela, por mais que concorde e reconheça a materialidade histórica da opressão contra as mulheres, faz a ressalva de que a estigmatização das masculinidades é uma solução belicosa para o problema, produzindo novas modalidades de violência (Medrado et al., 2011; Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006).

Como exemplo desse último tipo de discurso, temos os artigos de Oliveira & Souza (2006) e Medrado et al. (2011), os quais acusam a posição contrária (que relaciona violência com a hierarquia) de ser uma compreensão binária e reducionista de gênero, que estigmatizaria os homens e cristalizaria as mulheres em posições de vítimas (Medrado et al., 2011; Oliveira & Souza, 2006 :

Para se enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher faz-se necessário considerá-la efetivamente como uma violência de gênero, em sua dimensão relacional, com suas marcações políticas, históricas e culturais, e não uma violência de sexo, restrita exclusivamente ao corpo e/ou à experiência de mulheres ou dos considerados “agressores”. (Medrado et al., 2011, p. 477)

Importante destacar que os posicionamentos desses textos divergem bastante, enquanto Medrado et al. (2011) e Medrado e Mello (2008) trazem que há lacunas importantes na implementação das políticas

de enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente no tocante às políticas voltadas para os agressores e trazem a perspectiva relacional como forma de suprir essa falta; Oliveira e Souza (2006) trazem a perspectiva relacional como superior à visão feminista do fenômeno que é entendida como “ultrapassada”.

Além disso, o texto de Oliveira e Souza (2006) destaca os efeitos deletérios sobre os homens que uma abordagem “dualista-maniqueísta” poderia trazer:

O autor de violência contra a mulher é execrado publicamente e depois convidado a voltar ao “convívio social”. Vemos então que se trata de uma farsa a tal “recuperação”, pois o processo que inclui a chegada do “agressor” à delegacia até a sua sentença parece contrariar a proposta seguinte à pena. Trata-se de um processo punitivo, vingativo. Depois que somos vingados com a prisão do homem “violento”, aí imaginamos que se poderá “reinseri-lo na sociedade”. Raramente, apostamos na criatividade destes homens para além de atos violentos. (Medrado & Mello, 2008, p. 84)

Deve-se considerar também que a cobrança social em torno da autossuficiência masculina e a carência de políticas públicas que possam acolher o sofrimento masculino a partir de uma visão de gênero não dicotômica contribuem para que o homem não denuncie a violência. Em alguns casos, sequer é permitido ao homem sentir-se violentado no processo dinâmico que caracteriza a violência entre casais. (Oliveira & Souza, 2006, p. 41)

Destaca-se, aqui, que se reconhece que homens são estatisticamente mais propensos a cometer violência de gênero e que essa propensão é provavelmente explicada por uma hierarquia de poder, historicamente construída, em relação às mulheres. Porém se critica o trato que o Estado e a ciência têm dado à questão, por ser supostamente reducionista e essencialista, estigmatizando os homens e reproduzindo violências ao invisibilizar os homens como sujeitos. Defende-se então que a psicologia deveria migrar de uma compreensão “binarista” para uma compreensão relacional da violência de gênero, reconhecendo responsabilidades de ambas as partes (Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006; Quayle, 2006).

Quando apenas as mulheres são ‘acolhidas’, ‘fortalecidas’ e ‘empoderadas’ pelo atendimento psicológico, ou mesmo quando os homens são atendidos, mas unicamente na condição de agressores que precisam ser conscientizados para que outras mulheres não sejam violentadas, nos perguntamos: que violência está sendo trabalhada e que violência está sendo produzida pelos psicólogos? (Oliveira & Souza, 2006, p. 46)

O discurso presumido seria então o de que, nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, existiria uma representação prevaiente de homem como sinônimo de agressor e uma ênfase excessiva nas características mais problemáticas da masculinidade hegemônica, o que invisibilizaria a pluralidade e a complexidade do homem enquanto indivíduo capaz de se reinventar, congelando-o em uma posição estigmatizante.

Cabe ressaltar que nenhum dos autores aqui citados nega a opressão contra as mulheres ou os efeitos materiais e psicológicos resultantes do machismo e da realidade histórica do patriarcado. Entretanto, alguns autores optaram por falar sobre os efeitos colaterais das políticas de proteção à mulher e dos supostos danos que estes causam aos homens, enquanto outros falam do papel da masculinidade hegemônica sobre a perpetuação e a perpetração da violência contra a mulher. É essa escolha consciente que está sendo analisada no presente trabalho como regida por um enunciado de Invisibilidade Masculina.

O último tema que será analisado são as representações dos homens na mídia e no público geral. Neste tema, também foi identificada a invisibilização dos homens como uma afirmação recorrente (Martins et al., 2012; Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006). Martins et al. (2012) trazem um estudo do Instituto Alan Guttmacher para ilustrar a invisibilidade das especificidades masculinas enquanto assunto relevante na comunidade internacional: “Conforme aponta estudo do Instituto Alan Guttmacher, os homens passam despercebidos em importantes documentos mundiais, como, por exemplo, a Declaração do Milênio, em especial, as Metas do Milênio.” (Martins et al., 2012, p. 74).

Assim como na saúde e na violência de gênero, as assertivas reunidas sobre as representações de quem é o homem moderno, ratificam os problemas das masculinidades tradicionais e identificam a manutenção de uma cultura sexista no Brasil (Almeida, Lima, Albuquerque, & Antunes, 2005; Guerra et al., 2015; Hoenisch & Cirino, 2010).

Por qualquer ângulo em que se veja a figura masculina, ela continua associada à força e ao poder. Durante muito tempo, acreditou-se que o homem levava uma grande vantagem por ser a fortaleza que costuma parecer. Estudos recentes, contudo, mostram que a obrigação de se enquadrar nessa imagem de super-herói tem sido, na verdade, a grande fonte de angústia masculina (Almeida, N.D.V., 2002c). (Almeida et al., 2005, p. 182)

Essa manutenção do sexismo na cultura brasileira foi identificada tanto na população em geral, em estudos sobre honra e valores de masculinidade (Guerra et al., 2015) e nas percepções das relações de trânsito (Almeida et al., 2005) quanto na mídia. Almeida e Jablonski (2011), por exemplo, ao analisar dois livros *best-sellers* de auto-ajuda, identificaram a manutenção sócio-cultural de um pensamento binário e sexista de gênero:

Logo, esses dois livros de autoajuda retratam uma imagem masculina já encontrada na sociedade, disponibilizando para o homem um leque de condutas que, provavelmente, o levará aos mesmos conflitos já vivenciados por ele (Barasch, 1997; Cuschnir & Mardegan, 2001; Da Matta, 1997; Goldenberg, 2000; Gratch, 2001; Jablonski, 1995, 1998, 2003; Nolasco, 1997, 1996; O’Brien, 1994; Vandello et al., 2008). (Almeida & Jablonski, 2011, p. 34)

Outro tópico recorrente nesse tema foi a chamada “crise das masculinidades” e os “novos padrões de masculinidade”. A investigação de Hoenisch e Cirino (2010) em reportagens da revista *Veja*, que falavam de novos padrões de masculinidade e crise das masculinidades, exemplifica que novos padrões seriam esses:

Os cangurus e os metrossexuais seriam as novas faces do masculino, as novas buscas de uma subjetividade reordenada. Se os cangurus aparecem como homens voltados para uma permanência prolongada na casa dos pais, os metrossexuais, por sua vez, apropriam-se abertamente de elementos considerados como femininos. Daí a profusão de brincos, brilhantes, anéis, depilação, cremes e busca por uma aparência mais jovem e bela. (Hoenisch & Cirino, 2010, p. 71)

Apesar de citada de um ponto de vista teórico em muitos trabalhos (Almeida & Jablonski, 2011; Gandolfo & Auad, 2010), a crise das masculinidades também foi questionada como um fenômeno

homogeneizante por outros autores. Essa mesma pesquisa de Hoenisch e Cirino (2010), mencionada anteriormente, aponta a homogeneização desse fenômeno por parte da revista *Veja*:

O homem com menor poder aquisitivo pode ter outras formas de experiências com a corporalidade e expressão do masculino. Da mesma maneira que a mulher, nem todas vivenciando a tão alardeada liberação feminina, nem todos os homens são afetados por uma suposta fragilização de seu papel provedor. O homem pobre, que não consome muito, está à margem da sociedade de consumo, não é um homem entrevistável, nem seus depoimentos serviriam para eliciar e ratificar as novas necessidades de mercado, que surgem imbricadas nas preocupações estéticas e com a construção de novos signos da masculinidade. O homem de fora das formações discursivas das reportagens não é um homem efeito da disciplina do corpo, na verdade, trata-se de um homem silenciado. (Hoenisch & Cirino, 2010:72)

A crise das masculinidades também teve interpretação dual no corpus documental. Por um lado, houve autores que alegaram uma inegável remodelação dos valores e atitudes masculinas como resposta ao alcance de mudanças estruturais por parte das lutas feministas (Almeida et al., 2005; Gandolfo & Auad, 2010; Sampaio & Garcia, 2010), por outro, houve autores que apontaram que essa crise é majoritariamente sentida pelas classes médias heterossexuais e brancas (Hoenisch & Cirino, 2010). Também foi destacado que, no Brasil, a mídia segue reforçando um discurso que ratifica os valores tradicionais de masculinidade (Almeida & Jablonski, 2011) ou ainda que essa revolução de valores não foi percebida na amostra investigada (Pimentel, 2010).

É interessante notar que todos os artigos que investigaram representações sociais de masculinidade encontraram predomínio de concepções tradicionais na população em geral (Guerra et al., 2015), no trânsito (Almeida et al., 2005), em livros de auto-ajuda (Almeida & Jablonski, 2011) e na revista *Veja* (Hoenisch & Cirino, 2010). Então, ao mesmo tempo que se reconhece que há abalos na estabilidade dos valores clássicos da masculinidade hegemônica, parece haver autores que não discutem o alcance desses abalos levando à impressão de que um fenômeno localizado, elitizado, porém crescente, caracteriza-se como uma revolução sentida por todos os homens.

Em suma, as representações de masculinidade no corpus documental ratificam a presença de uma cultura sexista na população brasileira, na qual homens sofreriam pelo exercício mesmo da dominação que eles exercem. A masculinidade hegemônica pressiona os homens a aderirem às normas e valores que instituem um sofrimento muito particular a essa população e, mesmo havendo mudanças atuais na rigidez desses valores através da crise das masculinidades, não há consenso sobre a abrangência desse fenômeno que parece se circunscrever mais às classes médias, heterossexuais e brancas (Hoenisch & Cirino, 2010), enquanto a população em geral permanece reproduzindo estereótipos de gênero que perpetuam regimes de desigualdade (Almeida et al., 2005; Almeida & Jablonski, 2011; Guerra et al., 2015).

Essa invisibilidade, mais do que uma opressão, seria um efeito colateral do próprio lugar privilegiado ocupado pelos homens, o qual gera implicações na saúde, na violência contra mulheres e nas formas como representamos as masculinidades. Na saúde, o agenciamento médico e o auto-cuidado se expressam como escolha para os homens e não como uma obrigação como para as mulheres, e discutimos a maior presença feminina como um privilégio, desconsiderando os efeitos da hipermedicalização. Na violência contra as mulheres, a prevalência estatística de homens agressores e a distribuição desigual de poder entre os gêneros não parecem ser argumentos suficientes para se demonstrar a necessidade de repensarmos a construção das masculinidades brasileiras. Nas representações, reconhecemos as dificuldades da necessidade de adesão dos homens a uma masculinidade inalcançável mas não discutimos os privilégios que levam a maioria da população brasileira a abraçar masculinidades tradicionais hegemônicas.

A transversalidade desse enunciado parece denunciar um propósito anterior à suposta cientificidade com que se verifica a “invisibilidade” dos homens. Essa invisibilidade dos homens, quando interpretada de forma a-crítica se configura como um enunciado organizador do discurso pois, além de sua replicabilidade e repetição, silencia toda interpretação segunda e terceira que poderia ser feita da observação desse mesmo fenômeno.

Uma interpretação possível para o entendimento do fenômeno da invisibilização é a do sociólogo Michael Kimmel (1998) que enxerga a invisibilidade como um privilégio. Esse privilégio se caracteriza, essencialmente, como o luxo de viver sem necessitar se pensar homem, sem ser constantemente lembrado de seu gênero, o luxo de acreditar que ser homem não influi em quem você é como pessoa e qual o seu lugar na sociedade (Kimmel, 1998).

Considerações finais

Quando falamos sobre masculinidades na psicologia brasileira, o que exatamente falamos sobre como essa masculinidade se estrutura e se apresenta? O que estamos dizendo sobre essas masculinidades? O que veremos quando colocarmos esses discursos no microscópio da análise discursiva?

Analisando os achados, foi possível perceber o aparecimento de um enunciado organizador do discurso: o entendimento de que não é dada suficiente atenção aos homens (invisibilidade). Assim, podemos falar que a configuração do regime de luzes na produção científica da psicologia é perpassada em parte por esse enunciado. Joga-se luz sobre as desvantagens de ser homem e se evita falar sobre como essas desvantagens podem ser creditadas a efeitos colaterais de privilégios masculinos.

Em saúde, parece haver um esforço político de tornar os serviços mais convidativos para os homens, sem que seja necessário a desconstrução crítica de masculinidades hegemônicas. Enquanto se ignora as raízes históricas e culturais que explicam a maior presença feminina nos serviços de saúde, se destaca e sublinha a incompatibilidade entre valores masculinos tradicionais e a organização destes serviços. Desta forma, a invisibilidade masculina na saúde se torna um efeito sem uma causa.

Quando se discute violência contra a mulher, reconhece-se a influência da socialização masculina no fenômeno, reconhece-se a prevalência estatística da violência por gênero e reconhece-se o desequilíbrio de poder nas relações entre homens e mulheres. Enquanto algumas autoras explicitam a urgência de se abordar o homem brasileiro médio para desconstruir os valores tradicionais de masculinidade que tem correlação demonstrada com a violência contra mulheres; outros se concentram em denunciar uma forma de análise que supostamente congela todo homem como “agressor em potencial” e que reproduz binarismos de gênero ao impor uma interpretação “essencialista” dos relacionamentos violentos (Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006).

Em “representações”, foi identificado que, se por um lado parece haver pouco debate sobre as masculinidades, por outro lado, este, quando ocorre, tende a acontecer de forma generalizante, levando em consideração apenas a experiência do homem branco de classe média (Hoenisch & Cirino, 2010), ou mesmo reforçando para a população estereótipos tradicionais (Almeida & Jablonski, 2011). Já no público em geral, a maior parte dos autores/as identificou forte manutenção de ideais e valores associados a perspectivas tradicionais de masculinidade (Almeida et al., 2005; Guerra et al., 2015).

Mas porque não há investimento em se desfazer essa invisibilidade, imaginar novas masculinidades possíveis e em desconstruir o peso da masculinidade hegemônica? Talvez a razão seja que essa invisibilidade não seria uma opressão contra os homens, mas sim um privilégio, com muitos benefícios e vantagens. Como se estivéssemos acostumados a “tratarmos os homens como se não tivessem gênero, como se sua experiência pessoal de gênero não tivesse importância” (Kimmel & Messner, 1989, p. 3).

Entender essa invisibilidade masculina como uma invisibilidade de privilégios ao invés de uma opressão contra os homens afina o entendimento do fenômeno com uma leitura crítica da história, que não ignora as dificuldades impostas pela sustentação de uma masculinidade inalcançável, mas também não lê como opressão os efeitos colaterais do privilégio de não ser lembrado constantemente do seu gênero (Kimmel, 1998).

Por fim, apontamos que as características metodológicas das análises realizadas no presente trabalho impõem limites acerca da generalização dos achados. Assim, não é possível afirmar que o levantamento bibliográfico cobriu toda a produção nacional, tendo em vista que algum artigo ou texto pode não ter sido contemplado, seja por não ser indexado nas bases investigadas, seja por não conter os descritores pesquisados.

Referências

- Almeida, Nemésio D. V., Lima, Ana K. B., Albuquerque, Consuelo M., & Antunes, Luciana (2005). As relações de gênero e as percepções dos/das motoristas no âmbito do sistema de trânsito. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25(2), 172–185.
- Almeida, Sônia & Jablonski, Bernardo (2011). O novo e o velho homem: o masculino nos livros de auto-ajuda. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 1-121.
- Alves, Railda F., Silva, Renata P., Ernesto, Monalisa V., Lima, Ana G. B., & Souza, Fabiana M. (2011). Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13, 152–166.
- American Psychological Association, Boys and Men Guidelines Group - APA. (2018). *APA guidelines for psychological practice with boys and men*.
- Andrade, Ana P. M. & Maluf, Sônia W. (2017). Experiências de desinstitucionalização na reforma psiquiátrica brasileira: uma abordagem de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(63), 811-821.
- Arihla, Margareth, Unbehau, Sandra G., & Medrado, Benedito (2001). Introdução. In *Homens e masculinidades: outras palavras* (pp. 15-31). Editora 34.
- Azerêdo, Sandra (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Estudos Feministas*, 18(1), 175–188.
- Badinter, Elisabeth (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. Nova Fronteira.
- Borges, Lilian M. & Seidl, Eliane M. F. (2012). Percepções e comportamentos de cuidados com a saúde entre homens idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 66–81.
- Borges, Lilian M. & Seidl, Eliane M. F. (2013). Efeitos de intervenção psicoeducativa sobre a utilização de serviços de saúde por homens idosos. *Interface: Communication, Health, Education*, 17(47), 777-788.
- Campos, Ioneide O., Ramalho, Walter M., & Zanello, Valeska (2017). Saúde mental e gênero: o perfil sociodemográfico de pacientes em um Centro de Atenção Psicossocial. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 68–77.
- Carrara, Sérgio (1996). *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Fiocruz.
- Connell, Robert W. & Messerschmidt, James W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender and Society*, 19, 829-859
- Costa, Angelo B., Nardi, Henrique C., & Koller, Silvia H. (2017). Manutenção de desigualdades na avaliação do gênero na psicologia brasileira. *Temas em Psicologia (Online)*, 25(1), 97–115.
- Crenshaw, Kimberle (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167. <https://doi.org/10.4324/9781315631011-38>
- Deleuze, Gilles (1990). O que é um dispositivo. In W. F. do Nascimento (trad.), *Michel Foucault, Filósofo* (pp. 155–161). Gedisa.

- Foucault, Michel (1970). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Loyola.
- Foucault, Michel (1974-1975). *Os Anormais: curso no Collège de France*. WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1979). *A microfísica do poder* (29ª ed.). Graal.
- Foucault, Michel (1995). *A Arqueologia do Saber* (4ª ed.). Forense Universitária.
- Gandolfo, Maria I. & Auad, Juliana (2010). Compreendendo as relações de gênero por meio da vivência sociodramática. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 18(2), 129–143.
- Guerra, Valeschka M., Scarpati, Arielle S., Brasil, Julia A., Livramento, André M., & Silva, Cleidiane V. (2015). Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. *Psicologia saber social*, 4(1), 72–88.
- Hoenisch, Júlio C. D. & Cirino, Carlos S. (2010). Mídia e o espelho da masculinidade? *Estudos de Psicanálise*, 33, 61–74.
- Kimmel, Michael S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103–117. <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8Jshh-FkpgD88W4vz/?lang=pt>
- Kimmel, Michael S. & Messner, Michael A. (1989). *Men's lives* (2ª ed.). Macmillan.
- Marin, Juliana C., Araújo, Daniela C. S., & Espin, José (2008). O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(4), 474-481.
- Martins, Alberto M., Abade, Flávia L., & Afonso, Maria L. M. (2016). Gênero e formação em Psicologia: sentidos atribuídos por estudantes à saúde do homem. *Psicologia Em Revista*, 22(1), 164-184.
- Martins, Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Almeida, Suellen S. L., & Modena, Celina M. (2012). Concepções de psicólogos sobre o adoecimento de homens com câncer. *Psicologia: teoria e prática*, 14(2), 74–87.
- Martins Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Almeida, Suellen S. L., Modena, & Celina M. (2013). A assistência psicológica aos homens com câncer: reflexões na perspectiva de gênero. *Revista Da SBPH*, 16(1), 49–69.
- Martins, Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Schall, Virgínia T., & Modena, Celina M. (2014). Relações de gênero e a atuação de psicólogos na oncologia: subsídios para a saúde masculina. *Psico* (Porto Alegre), 45(1), 7–14.
- Medrado, Benedito, Lemos, Anna R., & Brasilino, Jullyane (2011). Gender violence: Paradoxes on support to perpetrators. *Psicologia Em Estudo*, 16(3), 471–478.

- Medrado, Benedito & Mélo, Ricardo P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20, 78–86.
- Medrado, B., Lyra, J., & Azevedo, M. (2011). Saúde do homem em debate. In R. Gomes (Org.), *'Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!'* Por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero (pp. 39-75). Fiocruz
- Modena, Celina M., Martins, Andréa M., Gazzinelli, A. P., Almeida, Suellen S. L., & Schall, Virgínia T. (2014). Câncer e masculinidades: sentidos atribuídos ao adoecimento e ao tratamento oncológico. *Temas Em Psicologia*, 22(1), 67–78.
- Muszkat, Susana (2008). Desamparo e violência de gênero: uma formulação. *Ide (São Paulo)*, 31(47), 125–132.
- Oliveira, Danielle C. & de Souza, Lídio (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 34-50.
- Pimentel, Adelma (2010). Violência doméstica praticada por homens detidos na delegacia da mulher de Belém. *Revista Da Abordagem Gestáltica*, 16(2), 148-156.
- Quayle, Julieta (2006). Violência de gênero e saúde reprodutiva: subsídios para o psicólogo hospitalar. *Mudanças*, 14(1), 79–84.
- Sampaio, R. S. & Garcia, C. A. (2010). Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. *Psicologia em Revista*, 15(3), 216-218. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2010v16n1p81>
- Scott, Joan (1995). Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Welzer-Lang, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460–482. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200008
- Welzer-Lang, Daniel (2004). Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In R. M. Schpun (Org.), *Masculinidades* (pp. 107-128). São Paulo: Boitempo.
- Zanello, Valeska (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V. & Bukowitz, B. (2011). Loucura e cultura : uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. *Labrys, Études Féministes*. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>
- Zanello, Valeska, Fiuza, H. Gabriela, & Costa, Humberto S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238–246.
- Zanello, Valeska & Silva, René M. C. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bio-ética*, 20(2), 267–279.

Recebido em: 13/11/2019

Aprovado em: 15/08/2020